

Campo de Saberes da História da Educação no Brasil

Atena Editora



Atena Editora

**CAMPO DE SABERES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
NO BRASIL**

Atena Editora
2017

2017 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C198	Campo de saberes da história da educação no Brasil / Editora chefe Antonella Carvalho de Oliveira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017. 202 p. : 625 kbytes Formato: PDF ISBN 978-85-93243-42-4 DOI 10.22533/at.ed.424171010 Inclui bibliografia 1. Educação – Brasil – História. I. Título.
	CDD-370.981

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

Capítulo I

A NOVA HISTÓRIA CULTURAL E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POR VIÃO FRAGO

Raquel Magnólia Ferreira Ranzatti.....05

Capítulo II

A TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE DIAMANTINA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MINAS GERAIS: 1928 A 1938

Gabriela Marques de Sousa e Juliano Guerra Rocha.....13

Capítulo III

AÇÕES EDUCACIONAIS DO MOVIMENTO “ESPORTE PARA TODOS” NO BRASIL (1973-1990)

Sérgio Teixeira.....26

Capítulo IV

APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE E CURRÍCULO ESCOLAR DA DISCIPLINA DE ARTES VISUAIS

Jéssica Maria Freisleben e Milena Regina Duarte Corrêa.....36

Capítulo V

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: ENTRE O IDEÁRIO E O REAL

Júlio Resende Costa.....46

Capítulo VI

EDUCAÇÃO E ICONOGRAFIA: O USO DA IMAGEM COMO FONTE HISTÓRICA E METODOLÓGICA

Graciene Reis de Sousa, Antonio Guanacuy Almeida Moura, Jocyleia Santana dos Santos e Braz Batista Vas.....57

Capítulo VII

ENSINO PROFISSIONAL FEMININO: POBREZA E MARGINALIDADE NA NOVA CAPITAL MINEIRA (1909 a 1927)

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, José Carlos Souza Araujo e Elizabeth Farias da Silva.....67

Capítulo VIII

ENSINO PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL: DEBATES E TENSÕES (1932-1961)

Bruno Borges.....88

Capítulo IX

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E SENSIBILIDADES DOCENTES, SUAS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

Regina Celi Frechiani Bitte.....99

Capítulo X

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO E DA PROFISSÃO DOCENTE: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE TRAJETÓRIAS FORMATIVAS

Vilmar José Borges.....110

Capítulo XI

INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: POSSIBILIDADES PARA PENSAR A OBRIGATORIEDADE ESCOLAR EM MARIANA

Priscilla Samantha Barbosa Verona.....122

Capítulo XII

O IMPÉRIO, A REPÚBLICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A BUSCA DA MODERNIDADE POR MEIO DA PRIMEIRA ESCOLA NORMAL DE UBERABA (1881-1905)

Mariana Silva Santos.....133

Capítulo XIII

O PONTO DE VISTA DO INTERVENTOR JÚLIO STRUBING MÜLLER SOBRE O ENSINO EM MATO GROSSO

Emilene Fontes de Oliveira e Thalita Pavani Vargas de Castro.....146

Capítulo XIV

O PROCESSO HISTÓRICO-POLÍTICO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Rachel Benta Messias Bastos.....158

Capítulo XV

OS CONDICIONANTES HISTÓRICOS DA CRIAÇÃO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sarah Maria Freitas Machado Silva e José Luis Sanfelice.....174

Capítulo XVI

UM BREVE DEBATE EPISTEMOLÓGICO SOBRE HISTÓRIA GERAL E HISTÓRIA LOCAL: QUAL CAMINHO ESCOLHER?

Willian Douglas Guilherme e Magalis Besser Dorneles Schneider.....187

Sobre os Autores.....197

interrelationship between doing, reading and contextualizing art.

KEYWORDS: Discipline of visual arts; school curriculum; teacher training.

CAPÍTULO XV

OS CONDICIONANTES HISTÓRICOS DA CRIAÇÃO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Sarah Maria Freitas Machado Silva
José Luis Sanfelice**

OS CONDICIONANTES HISTÓRICOS DA CRIAÇÃO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sarah Maria Freitas Machado Silva

Universidade Vale do Sapucaí-Pouso Alegre/MG

Prefeitura Municipal de Paulínia

Paulínia/SP

José Luis Sanfelice

Universidade do Vale do Sapucaí

Pouso Alegre/MG

Universidade Estadual de Campinas

Campinas/SP

RESUMO: Este texto tem como finalidade compreender a partir dos seus condicionantes histórico-sociais, a política educacional da Rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo (REE/SP), que visaram a criação da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores “Paulo Renato Costa Souza” (EFAP). O delineamento agudo da criação desta Escola iniciou-se em 2008 na gestão de José Serra (2007-2010), uma vez que, seria necessária uma mudança estratégica da estrutura da pasta da Educação do Estado, tornando-se uma medida indispensável na Gestão de Resultado com Foco no Desempenho do Aluno. Porém o empenho desta política começa a ser discutido com ênfase na formação dos professores, sobretudo na sua eficiência e eficácia e sua capacidade de alcançar a Gestão de Resultado. Esta ênfase está centrada no sentido de garantir o ‘modelo’ almejado de professor. Desse modo entra em cena a EFAP como local responsável para resguardar e ampliar a formação dos professores que estão na rede.

PALAVRAS-CHAVE: História; EFAP; Políticas Educacionais.

1. INTRODUÇÃO

Na oportunidade de estarmos presentes no Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais (COPEHE), realizado em maio de 2017, sediada pela Universidade Federal de Uberlândia, surge o convite pela Editora Atenas em apresentar o trabalho apresentado no evento, como capítulo deste livro.

Desse modo, compreende-se este convite como importante espaço para o debate e a reflexão sobre a História da Educação, tanto na pesquisa como no ensino, sendo possível observar na da constituição desse espaço, a trocas e divulgação de experiências entre pesquisadores, cujos trabalhos e interesses se situam na abrangência de estudos e pesquisas desse campo de saberes que é a História da Educação.

A discussão deste capítulo tem como objetivo apresentar à criação e a consolidação da Escola de Formação de Professores “Paulo Renato Costa Souza” (EFAP), local destinado a qualificar e (re) qualificar aos professores, que exercem

docência na Secretaria Estadual de Ensino do Estado de São Paulo (SEE/SP), situada na cidade de São Paulo (SP).

Para tanto, dividimos o texto em três partes, a primeira apresenta-se o início da criação da escola de formação e como historicamente, ela se constitui, ou seja, a primeira fase da escola, já a segunda parte, apresenta-se a escola como um novo patamar, com o status de Coordenadoria da SEE/SP após a reestruturação da pasta da educação em 2012. E por último as considerações finais.

2. DO PROBLEMA NA FORMAÇÃO PARA UM ESPAÇO DE FORMAÇÃO

Na década de 1990 em todo Brasil, ocorreu um movimento agudo de identificação em que os professores não tinham tido formação no Ensino Superior e que estes, estavam com ‘problemas’ na formação. Especificamente no Estado de São Paulo, em resposta a esta necessidade de se formar e (re) formar seu quadro docente, apresenta, portanto, a proposta de uma escola específica destinada para a formação e capacitação dos professores da REE/SP.

Na proposta inicial a proposta tinha como possibilidade de formação continuada e para atender às demandas exigidas pela LDB 9394/96, que anuncia a necessidade de se formar em nível superior todos os professores que atuam no ensino da 1ª a 4ª série de todo o país, o estado de São Paulo supre essa demanda com a criação de um espaço “virtual” de formação a distância dos professores sem nível superior.

A SEE/SP investiu em recursos de videoconferência, teleconferência, ferramentas de gestão e ambientes colaborativos na internet, professores participantes da USP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e UNESP, sendo inaugurada, em maio de 2003, a Rede do Saber.

Como a Rede do Saber foi concebida com soluções tecnológicas convergentes (mídias interativas, videoconferências, ambientes colaborativos da web), objetivamente ela apoia e oferece suporte operacional para a formação continuada dos quase 300 mil professores e agentes educacionais da REE/SP.

A mantenedora dessa Rede do Saber é a Fundação Vanzolini, que realiza a gestão operacional há mais de 10 anos, dando suporte aos programas de formação que trafegam na rede, produção de materiais de apoio, capacitação no uso de tecnologias, logística e gestão dos ambientes de aprendizagem.

E assim se inicia a elaboração mais aguda, de um espaço específico de formação de professores, para além da Rede do Saber, constituindo-se como um local mais “concreto”, “palpável”, cujo pontapé inicial ocorre no governo de José Serra (2007-2010).

Isso porque a sua política educacional estava voltada para os encaminhamentos mais diretivos no tocante à formação de professores, nos moldes exigidos pelos organismos internacionais, no modelo do ‘super-professor’ e ‘novo professor’.

Porém, o percurso histórico da escola tem seu embrião antes de 2007, nos

governos anteriores que em certa medida, já anunciava o interesse em oferecer cursos de formação para seu quadro docente, para mais entendimento destas políticas de formação anteriores, verificar o estudo de Silva (2015).

Neste texto, o foco será a partir de 2003, cuja gestão foi marcante, nas diretrizes formativas da REE, pois essa gestão apresenta uma solução para o ‘problema’ da escassa formação inicial dos professores, criando um espaço, que pudesse ser o lócus de formação adequada para os professores da rede, podendo ser controlado, averiguado, avaliado e tornando, em certa medida, obrigatório aos professores sua incursão nesse espaço, sobretudo, apresentado aos professores “como e o que se deve ensinar aos alunos”.

No entanto, o governo Serra defende que o foco dessa gestão, e o grande desafio posto ao governo, está na melhoria da qualidade de ensino, pois “o compromisso com a melhoria das aprendizagens imprime um foco e um grupo de interesse a serem priorizados. O foco é a escola e, nela, a sala de aula. O grupo de interesse é o aluno e a escola [...]” (SÃO PAULO, 2010a, s/p).

De acordo com os documentos analisados (SÃO PAULO, 2010a, s/p), o governo Serra apresenta ações educativas do Estado em Programas denominados de estruturantes, haja vista que esses Programas se organizam em torno de dois eixos, são eles:

- Eixos da gestão da carreira do magistério;
- Eixos dos padrões curriculares.

Os dois eixos com particularidades, mas cada um à sua maneira, enfocando essencialmente o aprendizado de qualidade dos alunos. Esses programas exigem contínuo monitoramento e constante verificação de resultados, perpassando, assim, o eixo da avaliação por todos os programas.

No tocante ao eixo da gestão da carreira do magistério, são apresentados três programas:

1. Criação da Escola de Professores e processos inovadores de seleção e ingresso de professores;
2. Incentivos através de bônus por resultados;
3. Valorização por mérito

Em março de 2009, entra em exercício como Secretário da Educação Paulo Renato de Souza, com o compromisso de dar continuidade aos programas e ações pretendidos e o objetivo principal de continuar sendo a melhoria da qualidade de ensino.

E uma dessas ações diretas é a criação de mais um programa denominado de Programa Mais Qualidade na Escola, com novas ações educativas. Finalmente, como ação determinante para “melhorar” os índices do estado de São Paulo nas avaliações internas e externas, foi criado um local com características de uma escola ou espaço dedicado a (re) formar o seu quadro de professores (SILVA, 2015).

O embrião começa a tomar forma com as experiências comentadas na época do ex-secretário-adjunto da Educação, o advogado Guilherme Bueno de Camargo, que já havia passado por alguns cargos nos quais suas habilidades de

administrador foram testadas.

Então, ao começar a desempenhar suas novas atribuições, o secretário Paulo Renato e ele examinavam os resultados de uma prova para professores temporários, no ano de 2008, e, de acordo com os documentos e os diagnósticos realizados pela FUNDAP naquele período, “os resultados eram tristes, as notas eram baixíssimas” dos professores temporários.

Diante daquele quadro vexatório, Guilherme Bueno apresenta algumas experiências que vivera em duas instituições por onde havia passado anteriormente.

A primeira na Receita Federal, como auditor fiscal, pois tinha sido compelida a frequentar um curso preparatório, com cinco meses de duração, na Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), como última etapa do concurso que havia prestado, antes de ser nomeado. Mais recentemente, como secretário-adjunto de Segurança Pública do estado de São Paulo, local onde, rotineiramente, os soldados das forças policiais eram encaminhados para cursos de formação antes de entrarem em exercício.

Diante desse depoimento do ex-secretário, o secretário Paulo Renato que, entusiasmado, lhe disse que a conversa do dia anterior lhe tinha dado a ideia de instituir uma escola de formação de professores como etapa obrigatória de admissão dos candidatos aprovados para o magistério estadual.

Montar a escola foi um desafio enorme, com várias frentes. Criar a lei, mudar a carreira do magistério para permitir que a formação se tornasse uma etapa do concurso, preparar a escola e o conteúdo do curso para que a primeira turma já estivesse na sala de aula o mais breve possível não foi fácil (SÃO PAULO, 2013, p. 73).

Nas palavras de Paulo Renato, na época, este afirmava que a criação dessa escola “é um legado importantíssimo para a educação, e que eu acho que vai ser um dos alicerces dessa nova geração de professores, que se espera sejam melhores, mais bem remunerados e reconhecidos como merecem, tendo o aluno no centro das atenções.”

Nesse contexto de mudanças estruturais, eles dão abertura ao que se imaginou desde o início da gestão de Serra, a criação oficial da **Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores (EFAP)**.

De acordo com Paulo Renato, a criação da EFAP já nasceu dentro da lógica da nova reestruturação da secretaria, sendo um dos pilares da nova configuração por acreditar que esta seja essencial à melhoria da qualidade de ensino e os mecanismos de promoção do magistério pelo mérito, mas apenas foi transformada em coordenadoria na nova estrutura em 2011 (SILVA, 2015).

3. DE UNIDADE PARA UMA COORDENADORIA

Do ponto de vista histórico, a segunda fase está circunscrita no governo de

Geraldo Alckmin (2010 a 2014), haja vista nesta gestão ocorrer a partir do Decreto nº 57.141/2011, a nova “Reestruturação Administrativa da Secretaria da Educação do estado de São Paulo”.

O que é central desta reestruturação é a mudança de foco, de olhar, de meta para a educação pública paulista, visto que antes, o foco naquela ocasião estava centrado no processo de ensino aprendizagem, agora o foco está centrado no aluno e seus resultados. Ressalta-se que a visão de resultados deveria “permeiar todos os níveis e unidades de estrutura e relacionamentos com outras entidades envolvidas, tanto nas atividades-meio como nas atividades-fim” (SÃO PAULO, 2013).

Assim sendo, para justificar tal mudança a SEE afirma de que gestão da Secretaria estava “defasado” (SÃO PAULO, 2013, p. 41). Nesse sentido, iniciou um conjunto de medidas de modificação que se permitia concluir pela necessidade de uma reforma administrativa da Pasta, sendo considerada muito “grande e pouco ágil” (idem).

Para garantir a agilidade da ‘nova’ Secretaria, apresenta como proposição e conversão imediata, baseada em quatro pilares de ação, são eles:

1. Modernização; 2. Desconcentração das decisões da administração da Secretaria; 3. Descentralização, que consistiu na ampliação da municipalização do ensino paulista; e 4. Melhoria do ensino. (SÃO PAULO, 2013).

Para a medida de modernização da SEE, a secretária aponta essas diretrizes: introduzir linguagem informatizada na Secretaria, onde até então os computadores das escolas e delegacias já realizavam bons serviços internos, mas ainda não trocavam mensagens e documentos. Então se promoveu a comunicação em rede. E a segunda necessidade, tão importante quanto a primeira, foi a criação do planejamento anual com base nas matrículas dos alunos.

No tocante à descentralização, percebeu-se a urgente necessidade de repassar escolas para os municípios. “Se o processo não fosse realizado na ocasião, hoje teríamos cerca de dez milhões de alunos na rede estadual”, argumenta a ex-secretária. “Outros Estados estavam mais adiantados nesse processo, nós contávamos com apenas 10% dos alunos municipalizados”. (NEUBAUER, SEE, 2000, on-line)

Nota-se que, nessa gestão, a SEE esteve fortemente comprometida com os ditames de uma “nova escola”, logo um “novo professor”, para que a gestão fosse mais eficiente e arrojada, sendo necessário, para tanto, “otimizar, potencializar” todas as iniciativas educacionais.

O discurso dito democrático revelou, contudo, uma política de outra natureza, na qual os principais envolvidos foram excluídos do processo de elaboração da nova política educacional, porque foram decisões tomadas de forma assimétrica a esse movimento de democratização das decisões e de fortalecimento do coletivo.

Embora em cada uma das gestões anteriores, houvesse motivos “próprios” para a necessidade de mudança na estrutura da SEE, passando por interesses próprios de cada secretário na época de sua elaboração e considerando que desde

2008 até 2013 passaram três pela pasta e mais uma série de assessores educacionais, os objetivos, em certa medida, foram atendidos para todos os interesses.

Porém, defende-se que o elemento central da mudança, está ancorada no sentido de garantir as políticas educacionais defendidas pelo governo neoliberal, em evidência nos últimos 40 anos.

Diante do diagnóstico realizado pela SEE, foram apresentados alguns vetores a ser seguidos naquele momento, como, por exemplo, a utilização da premissa de Gestão de Resultado com Foco no Desempenho do Aluno, cujo conceito de resultado, nesse caso, baseia-se em entregas que precisam ser realizadas em todas as unidades da estrutura, a partir do seu ponto mais importante: a sala de aula, colocando a estrutura central da Secretaria no papel de se concentrar mais diretamente na “inteligência” e no “monitoramento” da educação paulista.

Nessa visão ampliada da nova SEE, haveria ramificações específicas para responder cada papel bem definido. E assim as Diretorias de Ensino (DE) deveriam ter papel ‘proativo’ na gestão do ensino e na supervisão das políticas educacionais. Quanto às escolas, estas deveriam se concentrar no processo de ensino e aprendizagem, reduzir as atividades administrativas e racionalizar projetos complementares ao ensino.

Portanto, os princípios da nova Secretaria teriam o foco: no ensino, na informação, no monitoramento e no fornecimento de recursos e nos resultados (fruto da clareza no fornecimento de cada unidade) e na articulação (para serem estabelecidas prioridades, estratégias e políticas, assim como também na gestão de recursos); e finalmente no monitoramento (para se chegar às metas e resultados).

Segundo os dados fornecidos nos documentos oficiais da nova SEE, identifica-se que, de fato, houve uma descentralização da parte burocrática nas escolas para os departamentos relocados na sede em São Paulo e o tempo com os encaminhamentos administrativos realizados pelas Diretorias de Ensino ocorre de forma mais rápida e eficiente”. (SÃO PAULO, 2013)

No entanto, para garantir o foco, esteja nos resultados dos alunos, evidentemente o papel do professor nesta proposição, e as potências de ação com ênfase nos termos da eficiência, eficácia e multifacetado, por consequência, passa se o “foco” também, na formação continuada dos professores, sobretudo os professores que estão ou estarão em exercício.

Nesse cenário, o papel do professor passa a ser imprescindível, haja vista duas outras iniciativas ocorridas anteriormente nas gestões anteriores, como a criação do Centro de Formação do Aluno para o Magistério – CEFAM e as Oficinas Pedagógicas. Pois, nos relatos da própria secretária da época, os cursos foram ofertados em razão da constatação de que a formação de professores da rede era ‘insatisfatória’ (SÃO PAULO, 2013).

O argumento para tal constatação está ancorado o que a secretária explica que “a maior parte dos professores do ciclo I do ensino fundamental, antes de a

LDB exigir graduação superior, vinha da escola pública. Muitos dos quais haviam se formado em escolas particulares à noite e assim se tornavam docente da rede” (SÃO PAULO, 2013, p. 42) especialmente nas regiões mais carentes, por essa razão é que,

[...] traziam claras deficiências de formação em Língua Portuguesa e em Matemática, tinham fraco conhecimento de História do Brasil etc. “Criamos então o Centro de Formação do Aluno para o Magistério, o CEFAM. Era um curso em período integral: pela manhã os professores tinham aulas de reforço nas matérias do ensino médio, à tarde estudavam Psicologia, Sociologia da Educação e Pedagogia. No ano seguinte, tinham matérias pedagógicas e estagiavam na rede. Este programa ainda oferecia bolsas para que não precisassem trabalhar e dar aula. A experiência durou quinze anos. Paralelamente, promovemos formação superior a distância para professores normalistas, por intermédio da Rede do Saber, graças à Fundação Vanzolini” (SÃO PAULO, 2013, p. 43).

Outro importante destaque da secretária, foi a defesa da necessidade de haver parcerias entre o Estado e associações, mesmo porque, a parceria sempre existiu, da iniciativa privada ou mesmo grupos de pais na administração de escolas, pois esta parceria, segundo ela, pode “oferecer alternativas de sucesso no curto prazo”. Cita a experiência ‘bem-sucedida’ de algumas escolas chamadas charter schools, nos Estados Unidos e na Europa, e outra, desenvolvida na Colômbia, onde, em sua opinião, se desenhou um interessante modelo de descentralização.

Desse modo o Estado seleciona grupos de escolas que se encontram em situação crítica, convida quatro ou cinco instituições privadas de ensino de comprovada qualidade e promove licitação para que os ganhadores passem a administrar as escolas. Segundo ela, as instituições privadas, livres das limitações que pesam sobre a máquina da administração direta do Estado, podem experimentar modelos inovadores de gestão, capazes de produzir resultados mais positivos (SÃO PAULO, 2013).

De acordo com Freitas (2012) há discussões profundas sobre a eficácia das escolas charters, haja vista que as experiências negativas e o volume de escândalos, estão ligados em grande volume, às escolas charters americanas.

Nessa conjuntura de dúvidas sobre a ‘qualidade da formação dos professores’, acreditamos que o impulso efetivo ao processo de formação dos professores fica a cargo destes cursos de formação, na tentativa de garantir essas ‘defasagens’ na formação dos professores.

Diante desse cenário, acredita-se que a REE/SP, vinha se desenhando desde a gestão de Covas, em 1994, um espaço que garantisse tal déficit de formação aos professores, já em exercício na rede, até porque, com as novas exigências dos órgãos e diretorias de ensino e com a extinção e abertura de novos departamentos, o Estado, em certa medida, estava ‘preocupado’ com a formação problemática dos professores da rede (SILVA, 2015).

Nesse sentido, foi se desenhando um lugar, um pólo, uma localidade, um

local específico, enfim, um órgão que fosse responsável pela ‘garantia do aumento qualitativo da formação de seus professores em serviço’.

Nesse contexto de demandas e novas exigências na Educação, a nova estrutura da SEE/SP foi se formando, estruturando, extinguindo órgãos, alterando quadros de trabalho. Isso ocasionou trocas dos professores, alguns retornando para a sala de aula (aqueles que estavam cedidos para área da administração) e novos concursos para gestores e professores.

Portanto, entra em cena a EFAP/REE como local responsável para resguardar e ampliar a formação dos professores que estão na rede e, sobretudo, daqueles que começarão sua carreira na rede paulista pública de ensino.

E também como responsável em fortalecer e aprimorar os sujeitos (agentes educacionais, professores e diretores) da Rede, a EFAP deve apresentar uma ampla formação “emergencial” para atender aos quadros de professores e gestores mais antigos, para assim “avançar” juntos no novo momento da Secretaria.

Para isso, a EFAP tem como função “requalificar” os quadros de professores e gestores em atividade, alguns muito antigos e carentes de atualização, também formar os novos contingentes aprovados nos concursos promovidos pela Pasta para aquisição da indispensável vivência administrativa ou docente na rede estadual.

Partilhando das demandas das gestões anteriores, quanto a necessidade de se ter um local exclusivo para tal incumbência, nas duas gestões de Geraldo Alckmin (2010/2014 - 2015 a atual), entra em defesa da importância de um órgão que trate da formação dos professores, como a EFAP.

À medida que a reestruturação avança, centenas de professores estão voltando às funções docentes, por consequência, a EFAP oferece cursos de especialização e capacitação para esses professores que ficaram afastados da sala de aula.

Além do mais, coloca a EFAP como local importante no momento da reestruturação e formação continuada dos professores e como espaço fundamental de solidificação da Rede. Sendo assim, ele afirma que os desafios não terminaram, pois

[...] o treinamento de professores é um deles. Ao longo de décadas, era de um jeito. Agora, existe a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores (EFAP), à qual as diversas coordenadorias técnicas encomendarão cursos sob medida. Para se chegar à conclusão de como deve ser tal qualificação, a EFAP conversará com cada área interessada, além de ter assento no Comitê de Políticas Educacionais da Secretaria. Será imperioso existir um regime permanente de colaboração (SÃO PAULO, 2013, p. 60).

Para tal escola, a SEE investiu em recursos de videoconferência, teleconferência, ferramentas de gestão e ambientes colaborativos na internet, professores participantes da Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Universidade Estadual Júlio de Mesquita (UNESP).

Importante destacar que anteriormente, em 2003 inaugura-se a Rede do Saber, local que dá suporte as questões tecnológicas convergentes (mídias interativas, videoconferências, ambientes colaborativos da web), desde então, objetivamente ela apoia e oferece suporte operacional para a EFAP.

De acordo com os documentos (SÃO PAULO, 2010a; 2010b; 2010c) o currículo também dever ser bem definido, com por exemplo: materiais de trabalho apropriados e, mais adiante, a avaliação do seu trabalho, pois é assim, que alguém presta contas de sua atividade-fim, segundo Vera Cabral, diretora da EFAP na época.

Com o avanço nas determinações e qualificações da EFAP, a escola prossegue sua atividade de formação contínua e se transforma como unidade em nível hierárquico de Coordenadoria, está apresenta a seguinte estrutura:

Artigo 9º - Integram a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores:

I - Assistência Técnica do Coordenador;

II - Departamento de Programas de Formação e Educação Continuada, com:

a) Centro de Formação e Desenvolvimento Profissional de Professores da Educação Básica;

b) Centro de Formação e Desenvolvimento Profissional de Gestores da Educação Básica;

c) Centro de Avaliação;

d) Centro de Certificação;

III - Departamento de Apoio Logístico, com:

a) Centro de Suporte de Material Didático;

b) Centro de Suporte Operacional;

c) Secretaria Geral;

IV - Departamento de Recursos Didáticos e Tecnológicos de Educação a Distância, com:

a) Centro de Infraestrutura e Tecnologia Aplicada;

b) Centro de Criação e Produção;

V - Grupo de Cooperação Técnica e Pesquisa, com Corpo Técnico;

VI - Centro de Referência em Educação "Mário Covas" - CRE, com:

a) Centro de Biblioteca e Documentação;

b) Centro de Memória e Acervo Histórico. (SÃO PAULO, 2011)

Assim, após transformada em Coordenadoria em 2013 incorpora na reestruturação geral da SEE, o papel da EFAP amplia significativamente suas atribuições e um maior alcance nas suas funções, sendo responsável por toda a parte de qualificação dos profissionais da educação para o exercício do magistério e da gestão no Ensino Básico, desenvolvendo estudos e planejamentos, programas, avaliações e gerenciamento da execução de ações de formação pré-serviço e continuada.

A EFAP como coordenadoria é subdividida em quatro departamentos:

1) Departamento de programas de formação e educação continuada:

tem a função de participar da formulação das políticas de formação, aperfeiçoamento e educação continuada dos profissionais da Secretaria, programar e gerenciar a execução dos cursos, sua avaliação e certificação, prover materiais didáticos e infraestrutura de recursos adequados aos cursos.

2) Departamento de apoio logístico: planeja e produz materiais didáticos e presta os serviços de apoio e de infraestrutura necessários à execução dos cursos dos programas de educação de responsabilidade da Escola.

3) Departamento de recursos didáticos e tecnológicos de EAD: destinado a planejar e coordenar estudos, pesquisas, criação e produção de programas de educação a distância, gerenciar a infraestrutura de equipamentos e demais recursos tecnológicos necessários.

4) Centro de Referência em Educação “Mário Covas” (CRE), incorporado à EFAP, objetiva planejar e coordenar serviços de documentação, organização e disponibilização de acervo técnico e memória e desenvolve programas de incentivo à leitura.

Diante desse quadro das novas atribuições, fica evidente que a EFAP tornou-se um órgão com imputações próprias, tornando mais claras as responsabilidades dos diversos departamentos da escola, uma vez que não há mais as superposições de ações. Não obstante, a EFAP, mesmo transformada numa Coordenadoria, ainda é considerada como “prestadora de serviços” às demais coordenadorias, pois estas definem o perfil do profissional de que precisam (SILVA, 2015).

Por fim, entendemos que a EFAP, em termos administrativos, é um avanço e com possibilidades múltiplas de ação, o questionamento está em sua função técnico-política, por considerarmos problemáticas as tendências teóricas-metodológicas da ideologia vigente.

Portanto, cabe à EFAP preocupar-se com a formação dos profissionais da Educação paulista para sugerir atualizações dos perfis dos profissionais em atividade e propor os programas de formação que atendam às Coordenadorias como um todo, entretanto as decisões deveriam ser tomadas pelos principais interessados, os professores, porém nem são convidados a participar das discussões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a EFAP em termos administrativos é um avanço e com possibilidades múltiplas de ação, o problema é a sua função técnica-política.

Em relação à estrutura física, no início da sua criação oficial datada em 2009, ela ficava localizada numa sala ampla na sede SEE/SP, na Praça da República, na cidade de São Paulo.

Nesse movimento de expansão da EFAP, com o advento da reestruturação da SEE e sendo transformada em Coordenadoria, adquirindo novas funções e atingindo outro patamar de importância, a EFAP, no ano de 2012, foi transferida

para um espaço destinado exclusivamente para ela, para dar conta das novas demandas e exigências. Sendo assim, foi transferida para um prédio localizado na Rua João Ramalho, n. 1546, bairro Perdizes, na cidade de São Paulo, tornando-se um lugar com uma infraestrutura de alto nível e potencialidades.

Com a criação da EFAP, incorporada com a nova reestruturação da Secretaria da Educação, surgem novos departamentos e extinção de outros, com o objetivo principal de potencializar o trabalho de formação dos professores, pois esta Escola é vista pelos gestores da educação paulista como lugar privilegiado de capacitação para todos os profissionais da educação no estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2013, p. 79).

Finalmente, cabe à EFAP preocupar-se com a formação dos profissionais da Educação paulista, para sugerir atualizações dos perfis dos profissionais em atividade e propor os programas de formação que atendam às Coordenadorias como um todo. As decisões, em todo caso, são tomadas por comitês formados pelos setores envolvidos e não pelos principais interessados, os professores.

REFERÊNCIAS

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.** [online]. vol.33, n.119, pp. 379-404. 2012.

SÃO PAULO (Estado). Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”. **As Políticas Educacionais da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo**, 2010a.

SÃO PAULO (Estado). Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”. **A aprendizagem de seus alunos e a forma como eles se relacionam com o conhecimento**, 2010b.

SÃO PAULO (Estado). Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”. **Ementas Curriculares do Curso de Formação para professores do Concurso PEBII**, 2010c.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 57.141 de 18 de julho de 2011. **Reorganiza a Secretaria da Educação**, 2011.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. **A nova estrutura administrativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo: por uma gestão de resultado com foco no desempenho do aluno / Secretaria da Educação**, São Paulo: SE, 2013.

SILVA, S. M.F.M. **As bases teóricas e políticas na formação continuada dos professores da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo: a escola de**

formação e aperfeiçoamento dos professores em análise. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, 2015.

ABSTRACT: The purpose of this text is to understand the educational policy of the State Education Network of the State of São Paulo (REE / SP), based on its historical and social factors, aimed at the creation of the School of Training and Improvement of Teachers "Paulo Renato Costa Souza "(EFAP). The acute design of this School began in 2008 in the management of José Serra (2007-2010), since it would require a strategic change in the structure of the State Education portfolio, becoming an indispensable measure in the Management of Focus on Student Performance. However, the commitment of this policy begins to be discussed with emphasis on the training of teachers, especially on their efficiency and effectiveness and their ability to achieve Results Management. This emphasis is centered on ensuring the desired 'model' of the teacher. In this way, EFAP enters the scene as a responsible place to protect and broaden the training of teachers who are in the network.

KEYWORDS: History; EFAP; Educational Policies

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-42-4

